

## **OS RESULTADOS ELEITORAIS**

1. A vitória da direita nas eleições de 5 de Junho concretiza o quadro político em que terá lugar a aplicação do programa da troika FMI-CE-BCE. O PSD obtém uma expressiva maioria e o CDS sobe ligeiramente. Ambos formam governo no contexto de um memorando de entendimento que dará ao executivo maiorias muito alargadas no Parlamento. Trata-se de uma significativa vitória política, que congrega os sectores sociais beneficiados pela ajuda da troika (o grande patronato, em particular, do sector financeiro).

2. A vitória da direita resultou, acima de tudo, do elevado grau de crise social resultante das políticas de austeridade executadas pela governação do Partido Socialista, que sucessivamente recusou as soluções e respostas que à esquerda se manifestaram contra a precarização da vida social e a desagregação do Estado social e dos seus serviços públicos. As medidas de austeridade decididas em articulação com o PSD acabaram por derrotar o próprio partido do governo depois de terem lançado o país num ciclo de desastre económico e social que se viria a fechar com a operação de resgate de Abril de 2011.

3. O resultado reflecte a mudança de ciclo político marcada pela intervenção externa. Esse ciclo iniciou-se com uma chantagem que apresentou a intervenção como uma “ajuda” e o plano de austeridade como uma inevitabilidade. O segundo elemento que marcou a campanha foi o pesado silêncio sobre as medidas da troika. Concentradas nas acusações sobre o passado e em traços de personalidade dos seus protagonistas, as campanhas dos partidos da troika passaram ao lado do essencial do seu programa comum, o Memorando de Entendimento. Esse facto obscureceu o debate das alternativas em presença.

4. Os resultados eleitorais demonstram que a abstenção permanece como um problema maior da democracia portuguesa. Mesmo no contexto de uma eleição polarizada e de reconhecida importância, ela não cedeu. Isto significa que, ignorando os eleitores “fantasma”, incluindo os emigrantes que estão inscritos em Portugal, que inflacionam a abstenção, se cristalizam dois mundos com pontes de um só sentido entre eles: o mundo de quem vota e o de quem já não vota ou se desinteressa do voto. Esse mundo paralelo inclui uma parte importante da juventude.

Esta parte do país só se voltará a mobilizar para o voto com novos projectos de mudança entusiasmantes e ganhadores.

5. Neste contexto, as campanhas populistas contra a “política” ganham fôlego e abrem campo a revisões de leis eleitorais que pretendem diminuir a representação das oposições e a capacidade de escolha e de acção dos cidadãos. O Bloco contrariará estas campanhas, afirmando propostas claras de representação política, de democracia exigente e de ampliação dos direitos de acção social.

6. O campo da luta contra o resgate perdeu a primeira batalha, mas não a guerra. Perdeu porque a imposição do memorando na véspera das eleições deslocou a relação de forças para o campo da “inevitabilidade”, depois de um longo período de desgaste marcado pelo aumento do desemprego e da precarização das relações sociais. A direcção do Bloco

sobrestimou as capacidades de indignação imediata contra a recessão e subestimou o medo entre os sectores mais atingidos pela crise.

7. A orientação do Bloco no período pré-eleitoral, concentrada no apelo a uma votação de tipo referendário contra o programa do resgate, resultou dessa sobrestimação, e o mesmo se pode dizer da incompreensão que rodeou a decisão de não comparecermos à reunião com o FMI. Por fundamentada que tivesse sido essa escolha, ela não satisfaz nem os sectores que queriam que lá tivéssemos ido dizer "o que eles precisavam de ouvir", nem os que tinham a ilusão de que poderíamos ajudar a mitigar a violência das medidas que viriam a ser anunciadas alguns dias depois, e portanto teve negativas consequências eleitorais.

8. A campanha procurou corrigir esse erro de apreciação, desenvolvendo propostas concretas e colocando no centro da alternativa a renegociação da dívida, seja em variante europeia, seja com recurso a uma auditoria e a fundo de resgate a partir da tributação do capital, de modo a proteger o emprego e a economia da recessão. Esta foi uma grande campanha, em que o Bloco se bateu por todo o país, multiplicando acções militantes, congregando muitos milhares de apoiantes em pequenas e grandes iniciativas. A campanha demonstrou a vitalidade das redes de activismo das e dos bloquistas.

9. Ao contrário dos partidos com um mais largo historial na sociedade portuguesa, o Bloco de Esquerda parte para cada combate eleitoral "como se fosse a primeira vez". Sem minimizar as circunstâncias que rodearam as eleições de 5 de Junho, nem o debate sobre os erros que se tenham cometido, só se compreende a dimensão da perda de votos face a 2009 se ao mesmo tempo levarmos consideração que nesse ano uma parte importante dos votos então acrescentados veio do PS, do PSD e da abstenção. O Bloco de Esquerda é uma força política muito mais sensível à disputa das ideias no espaço da opinião pública do que os quatro partidos tradicionais da política portuguesa.

10. A bancada parlamentar reduziu-se às dimensões da de 2005-2009. Contudo, ela corresponde a uma distinta presença territorial, com deputados eleitos em 5 círculos (Lisboa, Porto, Setúbal, Aveiro e Faro, e não apenas nos 3 primeiros, como em 2005). Esta transformação territorial ocorre também no interior de cada círculo, entre concelhos rurais e urbanos, e até entre freguesias de cada concelho, na mesma linha. A perda de representação nos círculos de Braga, Coimbra, Leiria e Santarém e o recuo nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, são as derrotas mais pesadas que o Bloco sofre nestas eleições.

11. O Bloco de Esquerda fez uma campanha difícil e exigente. A proposta de auditoria e renegociação da dívida esteve no centro da campanha, ganhou credibilidade em sectores informados e constituiu-se como referência do debate político. A renegociação das dívidas soberanas polariza igualmente o debate político europeu, pouco presente na luta política nacional, mas decisivo para o país. Contudo, esta proposta foi prejudicada pelo facto de ser de difícil apreensão na sociedade. O Bloco de Esquerda foi claro e pedagógico na sua defesa, mas a sua popularização exigia uma alternativa política mobilizadora. Este factor de ordem subjectiva explica em parte, quer a quebra do BE, quer a estagnação do PCP. Ambos os partidos tinham uma proposta forte, mas não eram portadores de uma alternativa de governo vista como viável a curto prazo. Sem um terceiro pilar, um campo que reúna socialistas de esquerda, independentes, activistas e meios académicos que se situem para lá do BE e do PCP e que rejeitem as políticas da austeridade e da bancarrota, não há atalho que transforme a ideia de um "governo de esquerda" numa força propulsora capaz de mobilizar a sociedade portuguesa. Para que esta aspiração

venha a ser uma realidade, tão importante é a predisposição para a unidade de acção, como garantir a identidade própria e autonomia de cada força das esquerdas.

12. Opções de orientação recentes têm sido, naturalmente, objecto de polémica. Assim, o apoio nas eleições presidenciais a Manuel Alegre, no sentido de forçar Cavaco Silva a uma segunda volta, ou a apresentação da moção de censura em nome das gerações sacrificadas, influenciaram certamente o comportamento de segmentos do eleitorado ganho em 2009. Aos olhos de muitos eleitores, elas surgiram como contraditórias.

## **O NOVO QUADRO POLÍTICO E AS TAREFAS DO BLOCO**

13. No quadro aberto pela intervenção externa, a renegociação da dívida não perderá centralidade. A campanha eleitoral deixa o Bloco de Esquerda em condições de continuar a concretizar uma tarefa essencial para a esquerda a partir de agora: enunciar e promover as alternativas concretas e realizáveis contra a espiral da crise. Enfrentar a chantagem da bancarrota sobre os salários e as pensões só é possível aprofundando o compromisso com a política da auditoria e da renegociação da dívida.

14. O resgate, mais do que as eleições, inaugura um novo ciclo político que transporta consigo o risco de profundas mudanças no funcionamento do regime. Por um lado, as decisões são efectivamente tomadas pelos credores e pelos seus representantes na troika, para só depois serem confirmadas pelas instituições nacionais, com total exclusão de alternativas. Por outro lado, nesta “era dos credores”, a direita conjuga as três maiorias e sobredetermina o comportamento político do PS, submetido na oposição a confirmar as principais decisões da maioria de direita. A maioria de direita vai exigir ao PS o cumprimento dos acordos da troika e o Bloco de Esquerda fará tudo o que puder para responder e combater este alinhamento político prejudicial aos interesses do mundo do trabalho.

15. Apesar do mau resultado do Bloco e da correlação de forças desfavorável, o novo quadro político apresenta possibilidades para os movimentos de recomposição na esquerda, em particular no domínio da luta social. Com convicção e sem sectarismo, valorizaremos todas as plataformas de acção que mobilizem as massas e não somente os activistas. Valorizamos em particular as mobilizações de jovens e do precariado, que exprimem a sua indignação com a condenação ao desemprego e à exclusão de tão largos sectores da sociedade portuguesa. Com a mesma predisposição, participaremos nos diálogos à esquerda que visem envolver, sem exclusões, quantas e quantos desejem contribuir com propostas, ideias e experiências que permitam à esquerda reposicionar-se para o novo ciclo de lutas e respostas contra a bancarrota.

16. As exigências da nova situação são agora claras. O programa do Memorando de entendimento significa um ataque concentrado e rápido em todas as direcções em que os serviços públicos do Estado social se concretizam. No imediato, a agenda será dominada pela revisão das leis laborais, pelo pagamento e restrições de acesso ao SNS, pela revisão das leis do arrendamento, pela preparação da subida de impostos e preços de bens essenciais e pela proposta de aumento de impostos para compensar a redução da contribuição patronal para a Segurança Social.

17. O primeiro embate desta nova maioria será com o movimento e com os direitos sindicais. Não é de excluir uma apressada tentativa de revisão constitucional para acomodar o ataque à proibição do despedimento sem justa causa e, em todo o caso, estão em marcha alterações profundas às leis laborais, incluindo a facilitação dos

despedimentos. A luta sindical deve alargar-se para poder ganhar a dimensão nacional indispensável para lutar para derrotar esta ofensiva.

18. O Bloco de Esquerda dará oposição sem tréguas a cada uma destas medidas. Apresentará, na abertura dos trabalhos da Assembleia, a sua primeira proposta: a garantia de contrato efectivo para os casos de falsos trabalhos precários. Proporá ainda a constituição de uma comissão parlamentar para a auditoria à dívida e apoiará iniciativas cidadãs que se venham a organizar com esse objectivo.

19. Do mesmo modo, o Bloco enfrentará, nesta legislatura, as questões que devem marcar a modernização da vida social portuguesa, em dossiers tão importantes como os da morte assistida, da legalização das drogas leves ou dos direitos de candidatura à adopção por quem tenha condições parentais.

20. A nova situação impõe uma reflexão profunda sobre a nossa intervenção na resposta à maioria da direita e às necessidades de recomposição da esquerda. Essa reflexão deve ser aberta a todos os protagonistas sociais e políticos à esquerda e é nela que o Bloco encontrará forças para tornar mais densa a sua acção em todas as convergências que se imponham.

Entre outras iniciativas de conferências abertas a serem preparadas, o Bloco promoverá uma conferência, com âmbito internacional e nacional, sobre os impactos da crise da dívida, para promover o debate sobre as grandes opções e alternativas no contexto da crise europeia. Esse modelo repetir-se-á para o robustecimento do programa de alternativas.

21. Assim, as organizações locais promoverão assembleias sobre o balanço eleitoral e sobre as prioridades do Bloco para o imediato, com uma discussão aberta em todas as distritais com o objectivo de discutir a estratégia política do BE neste ciclo político que agora se inicia, aproveitando para debater as razões dos resultados eleitorais e aspectos da actividade interna do BE. O espaço do Bloco na internet também acolherá contribuições e, nos dias 10 e 11 de Setembro, realizar-se-á um fórum subordinado ao debate dos caminhos que se abrem à convergência das esquerdas políticas e sociais no ciclo político do memorando e do adensar da crise na União Europeia, e abrangendo ainda outros temas de história, de cultura e da política dos movimentos sociais. Para este efeito, convidaremos colectivos e personalidades de vários quadrantes políticos e sectores sociais que actuam no campo dos direitos cívicos e sociais, da defesa dos trabalhadores e dos serviços públicos.

22. A Mesa Nacional procederá, em Setembro, ao balanço deste debate nacional, fixando a agenda do Bloco para 2012 considerando os contributos e a evolução da política nacional, e decidirá da sua continuidade.

## **OUTROS ASSUNTOS**

23. Em Outubro realizam-se eleições para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira. A Mesa Nacional assume o apoio à candidatura de combate e de propostas que o Bloco apresentará neste acto eleitoral, por uma autonomia ao serviço das pessoas e contra os desmandos anti-democráticos do poder tentacular exercido pelo PSD/M há mais de três décadas. A Mesa Nacional ratifica, nos termos estatutários, a proposta da assembleia regional da Madeira, que indicou Roberto Almada como primeiro candidato da lista às eleições regionais. A CP é mandatada para ratificar a restante composição da lista.

24. A Mesa Nacional reconduz o regulamento interno que vigorou no mandato anterior deste órgão.

*aprovado (1 abstenção, 5 contra, todos os restantes a favor)*